

# **“CARREGANDO AS PEDRAS DO PECADO”: A REFORMA CATÓLICA DEVOCIONAL NO SERGIPE OITOCENTISTA**

*Magno Francisco de Jesus Santos<sup>1</sup>*

Sete de junho de 1847. Na cidade de São Cristóvão, capital da Província de Sergipe, os deputados se reuniam para a sessão ordinária. Era o final de uma manhã chuvosa e as principais lideranças políticas da região iriam discutir e aprovar alguns projetos de relevância. Entre as propostas, destacava-se a petição de Joaquim Fernandes Barboza, tesoureiro da venerável Ordem Terceira do Carmo, pela qual solicitava a “consignação de 1.000\$000 reis para revestir-se de prata o andor do Senhor dos Passos”. O pedido foi encaminhado para a Comissão de Justiça Civil e Eclesiástica e nos meses seguintes foi aprovada.

Essa petição era uma medida voltada para a ornamentação do andor da mais venerada imagem de Sergipe provincial. O Senhor dos Passos de São Cristóvão era a devoção aglutinadora de romeiros de praticamente todos os recônditos da província, que anualmente lotavam as ruas da capital na festa penitencial, marcada pela presença de promesseiros, intelectuais e lideranças políticas. As celebrações eram organizadas pelos leigos que integravam a mais prestigiada irmandade sergipana e contava com a presença de religiosos de diferentes ordens, especialmente os carmelitas.

Esse processo de reorganização da romaria do Senhor dos Passos ocorreu de forma concomitante com a redução do número de religiosos nos conventos da cidade e com as primeiras ações no processo de reforma devocional católica. Diante disso, nesse artigo, temos como foco discutir o processo de reforma devocional na cidade de São Cristóvão, ao longo da segunda metade do século XIX, em consonância com a renovação das práticas penitenciais na romaria do Senhor dos Passos. A segunda metade do século XIX foi marcada pelo processo de restrição da atuação do clero regular no Brasil e em Sergipe, especialmente em relação aos frades franciscanos e carmelitas. Contudo, nesse mesmo período, houve um estímulo para a criação de conventos e hospícios, assim como pela realização das santas missões pelos capuchinhos em diferentes localidades da província. Os capuchinhos, de origem italiana, passaram a atuar em terras sergipanas como os agentes centrais da reforma devocional católica<sup>2</sup>, na qual buscavam restringir os casos de desvios do clero secular e orientar as práticas devocionais dos leigos de acordo com os cânones estabelecidos pela Santa Sé.

Nesse sentido, São Cristóvão, capital da província de Sergipe até os idos de

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Titular da Faculdade Pio Décimo (Aracaju – SE). E-Mail: <magnohistoria@gmail.com>.

<sup>2</sup> De acordo com Riolando Azzi, a reforma católica no Brasil, fortalecida ao longo da primeira metade do século XX, “foi um movimento iniciado em meados do século XIX”. Cf. AZZI, Riolando. “O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930”. *Síntese*, vol. IV, n. 10, mai./ ago. 1977, p.61-89.

1855, e sede do Convento Nossa Senhora da Conceição dos capuchinhos, tornou-se o lócus irradiador da reforma devocional em terras sergipanas. As ações do clero, no sentido de restringir as práticas devocionais das camadas populares, por vezes, estavam em consonância com as políticas públicas provinciais de controle das manifestações populares e de modernização das vias públicas, ou seja, reforma católica e reformas urbanas dialogavam em sintonia com as questões do higienismo e difusão da civilidade. Com isso, a romaria dos Passos, maior manifestação católica de Sergipe oitocentista, passava a ser vista pelas autoridades religiosas, por vezes como uma ameaça ao novo modelo devocional, por outras como um modelo a ser reorientado.

A romaria do Senhor dos Passos era uma solenidade católica de caráter penitencial e expressava pelas ruas de São Cristóvão inúmeros atos de desobriga de práticas sacrificiais públicas<sup>3</sup>. O ápice dessas práticas ocorria na Procissão do Depósito, realizada na noite do segundo sábado da Quaresma. Nas trevas da noite cristovense suavizadas pelo luar, os penitentes cumpriam suas disciplinas. De acordo com Manuel dos Passos de Oliveira Telles:

*A imagem do Senhor dos Passos tem fama de milagrosa e outra coisa não quer dizer a execução de tantos votos e penitências. Na primeira procissão, a do depósito, o povo aperta-se, condensa-se, luta muitas vezes por carregar o andor ou pelo menos agarrar as misericórdias dele. Alguns indivíduos cingem coroas de espinhos feitas de cipó de japecanga, muitos outrora açoitavam-se com disciplinas; outros aparecem amarrados de um grotesco como barrocos para o matadouro a carregarem grandes pedras. Conta-se de boca em boca o milagre da muda que alimentava devoção particular à sagrada imagem e num ano, ao passar a procissão do depósito, repetiu desembaraçadamente: Eu também vou acompanhar o Senhor dos Passos. – Desde então recuperou a fala.<sup>4</sup>*

Na segunda metade do século XIX, intensificou-se a relação entre os membros das associações religiosas de leigos e os romeiros do Senhor dos Passos em São Cristóvão<sup>5</sup>. Esse foi um momento marcado pela perda de espaço das ordens religiosas

---

<sup>3</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “O Prefácio dos Tempos”: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

<sup>4</sup> TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. “Ao romper do século XX: o município de S. Christovam”. *O Estado de Sergipe*, Aracaju, mar./ abr. 1917, p. 02.

<sup>5</sup> Ainda na primeira metade do século XIX é possível encontrar ações restritivas às ações das ordens religiosas regulares no Brasil pós-independência, como a proibição da entrada de religiosos estrangeiros, a expulsão de ordens na qual os seus respectivos superiores não residissem no país e a proibição de entrada de noviços nas ordens beneditinas e carmelitas, nos idos de 1822. De acordo com Márcio Moreira Alves, o governo imperial “produziu, entre 1828 e 1830, uma série de restrições ao funcionamento das ordens religiosas, mais independentes do Estado que o clero secular: foi interdita a entrada de religiosos estrangeiros no território do Império; proibiu-se a criação de novas ordens, dos dois sexos; expulsaram-se os religiosos ou as congregações que

no Brasil em decorrência da lei imperial que determinava a proibição de noviços nas ordens existentes no país<sup>6</sup>. Nesse período, na antiga capital sergipana, existiam três ordens regulares atuando na cidade: Carmelitas, Franciscanos e Capuchinhos<sup>7</sup>. No caso dos carmelitanos, a situação da ordem ao longo do período imperial foi extremamente delicada, pois a sua trajetória foi permeada por atos institucionais de extinção e de apropriação dos bens religiosos, assim como pela constante redução do número de frades. De acordo com o historiador Augustin Wernet, a extinção da referida ordem foi resultante da ação promovida pela Assembleia Provincial:

*Paralelamente processou-se a extinção da Ordem dos carmelitas da Antiga Observância em Sergipe. Aí foi uma resolução da Assembleia de Sergipe, aprovada em seguida pela Câmara dos Deputados. Os padres da Câmara dos Deputados estão de acordo e até aplaudem este processo, havendo apenas divergência ao redor da partilha dos bens, ou seja, se esta partilha pertence à esfera das assembleias legislativas ou ao Governo Central.<sup>8</sup>*

A crise na ordem carmelitana em Sergipe apresentava grande repercussão na romaria do Senhor dos Passos, pois além da mesma ser organizada pela Ordem Terceira do Carmo, com fortes vínculos com os frades da referida ordem, a Procissão do Depósito tinha como palco inicial a igreja conventual. Nesse caso, os impasses acerca do patrimônio dos religiosos influíam na organização das solenidades e também envolveu o interesse dos terceiros carmelitanos. É preciso lembrar que a existência da Ordem Terceira estava condicionada a presença dos frades carmelitas, pois somente os religiosos detinham o poder da investidura do hábito para irmãos leigos. Nesse caso, a extinção da ordem levaria a extinção da poderosa associação de leigos.

Talvez esse tenha sido um dos motivos para a permissão de continuidade dos carmelitas em Sergipe em meados do século XIX. A presença dessa ordem foi marcada pelo controle estatal, no qual a entrada de noviços ocorria apenas com a permissão do governo provincial ou do governo central. Diante dessas ações restritivas, o Convento do Carmo em São Cristóvão ao longo do século XIX contava com um número reduzido de religiosos, sempre com sérias ameaças de ser

---

obedeciam a Superiores não residentes no Brasil. Os Beneditinos e os Carmelitas não podiam mais aceitar noviços. À medida que as ordens desapareciam, as suas propriedades eram incorporadas no patrimônio nacional”. ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 28.

<sup>6</sup> Segundo Márcio Moreira Alves, “o parecer do ministro da Justiça de 19 de maio de 1855, que deveria ser provisório, teve força de lei até ao fim do Império, trinta e quatro anos mais tarde: proibia que as ordens religiosas aceitassem noviços sem o consentimento do Governo, garantindo assim a sua extinção a longo prazo”. ALVES, *A Igreja e a política...*, p. 30.

<sup>7</sup> Em 1859 existiam na cidade de São Cristóvão os seguintes conventos e hospícios: Nossa Senhora do Carmo (carmelitas), Bom Jesus (franciscanos) e Nossa Senhora da Conceição (capuchinhos). Cf. *Correio Sergipense*, Parte Oficial, Governo da Província, expediente do dia 21 de outubro de 1859, Aracaju, Anno XXII, n. 82, 07 dez. 1859, p. 01, col. 3.

<sup>8</sup> WERNET, Augustin. “Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX”. *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 42, 1997, p. 125.

fechado. Além disso, os carmelitas apresentam um agravante em relação a outros religiosos da província, pois a ordem possuía um grande número de propriedades, fato que dificultava a administração e a manutenção de todos os estabelecimentos religiosos em atividade. Observem-se os dados do Quadro I<sup>9</sup>:

**QUADRO I**  
**DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES DA**  
**ORDEM DO CARMO NO SERGIPE OITOCENTISTA**

PROPRIEDADE	LOCALIZAÇÃO	ELEMENTOS
<b>Convento do Carmo</b>	Freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão	Igreja, convento e sítio
<b>Hospício Nossa Senhora do Carmo</b>	Freguesia Santo Amaro das Brotas	Igreja e hospício
<b>Convento Nossa Senhora do Carmo do Rio Real</b>	Freguesia do Espírito Santo	Igreja, convento e fazenda
<b>Convento Nossa Senhora do Carmo de Palmares</b>	Freguesia Nossa Senhora do Amparo do Riachão	Igreja, convento e fazenda
<b>Engenho Quindongá</b>	Freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão	Engenho
<b>Engenho Pitanga</b>	Freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão	Engenho
<b>Engenho Coqueiros</b>	Freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão	Engenho
<b>Engenho Velho da Ribeira</b>	Freguesia Nossa Senhora da Vitória	Engenho
<b>Aldeia de Água Azeda</b>	Freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão	Aldeia Indígena
<b>Aldeia Nossa Senhora do Carmo de Japarutuba</b>	Freguesia Nossa Senhora da Saúde de Japarutuba	Aldeia Indígena (início do século XIX)

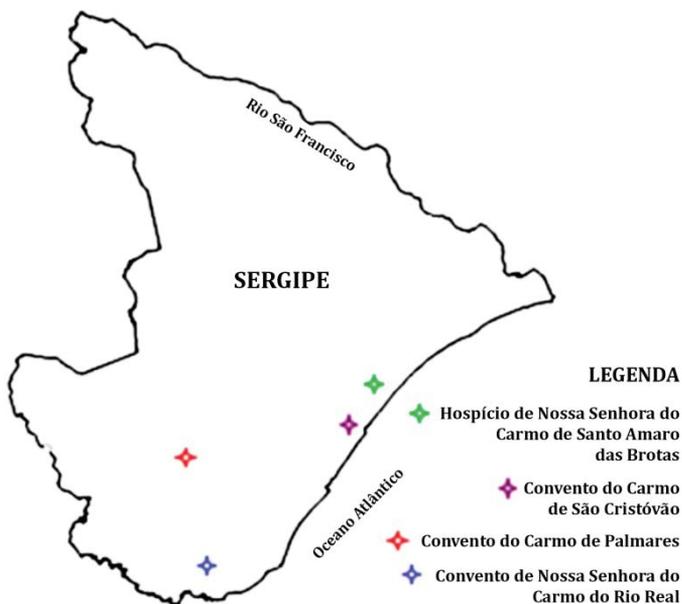
Por meio desses dados é possível observar como a Ordem do Carmo em Sergipe era possuidora de importantes propriedades. Os frades precisavam administrar duas aldeias<sup>10</sup>, três conventos, um hospício<sup>11</sup>, além de quatro engenhos. Na

<sup>9</sup> Propriedades da Ordem do Carmo no Sergipe oitocentista. Quadro elaborado pelo autor. Fonte: notas na imprensa sergipana do século XIX. Não foram incluídas as casas existentes na cidade de São Cristóvão, nem os africanos e crioulos escravizados nos seus respectivos conventos e engenhos. Foram localizadas notícias da existência de três mulheres escravizadas no Convento de Palmares e seis no de São Cristóvão. Todavia, esse número era bem mais expressivo, pois a maior parte encontrava-se nos engenhos.

<sup>10</sup> Em 1850 as aldeias de Sergipe foram extintas pelo governo provincial, pois o mesmo alegou que em Sergipe não existiam mais índios. Cf. DANTAS, Beatriz Góis. “Os índios em Sergipe”. In: DINIZ, Diana Maria de Faro (coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/Banese, 1991, p. 19-25; MOTT, Luiz. *Sergipe colonial e imperial: religião, família, escravidão, e sociedade (1591-1882)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. No século XVII, a Ordem do Carmo ainda possuía o engenho Ilha e as terras da Aldeia do Geru, posteriormente vendidas aos padres jesuítas. Cf. SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas dos. *Conquistas da fé na gentildade brasileira: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

<sup>11</sup> Era um convento de pequenas proporções. Segundo o dicionário oitocentista, era “Convento pequeno de Religiosos, onde se agasalhão os que vão de passagem, e são da mesma ordem”. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural*

segunda metade do século XIX essas propriedades praticamente se restringiam aos conventos e ao hospício, ou seja, isso revela a desarticulação da ordem e a perda das propriedades por meio da venda ou das terras devolutas. Observe-se, na figura a seguir, a distribuição dos conventos e hospícios da Ordem Carmelita no Sergipe oitocentista:



**Fig. 1** – Conventos e Hospícios da Ordem do Carmo no Sergipe oitocentista.

A situação das ordens regulares em Sergipe amenizou-se no governo provincial de Sebastião Gaspar de Almeida Boto<sup>12</sup>, importante político sergipano do partido liberal, membro da Ordem Terceira do Carmo e devoto do Senhor dos Passos. Na sua gestão foi aprovada a Resolução Número 95 e estabeleceu a permissão do ingresso de noviços:

*Resolução N. 95*

*De 12 de Março de 1842.*

*Sebastião Gaspar de Almeida Boto, Presidente da Província de Sergipe: Faço saber à todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou e eu Sancionei a Resolução seguinte:*

*Art. 1º. Fica concedida aos Reverendos Provincias dos Conventos do Carmo, e de São Francisco desta Cidade, licença, para cada um delles, aceitar vinte Noviços, naturaes desta Província, para os seus collegios nos Conventos desta mesma Cidade, ou onde melhor convier.*

da Província de Goyaz. S.r.: Na Typographia de Silva, 1832, p. 586.

<sup>12</sup> DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação: 2009.

*Art. 2º Ficção revogadas todas as disposições em contrário.  
Mando por tanto & c.*<sup>13</sup>

A aprovação do ingresso de noviços na Ordem do Carmo ocorreu em um momento de dificuldades e críticas em relação à preservação de seus templos. O Convento do Carmo encontrava-se em completa ruína, com parte do teto desmoronado e com ameaça da fachada ruir sobre o casario da Praça do Carmo<sup>14</sup>. Já Igreja do Ordem Terceira, da devotada imagem do Senhor dos Passos, de acordo dados da imprensa oficial da província, “jazia todo adulterado, e em lamentável decadência. Sobre a Ara sagrada, nas estações chuvosas, recáem do tecto densas goteiras, que a fazem ensopar, deixando-a na maior indecência e impiedade”. A situação degradável do templo foi alvo de denúncias na imprensa local, pois, em nome da liberdade o *Correio Sergipense* se propôs a “dar um bosquejo no menos-prezo, em que jazem as casas de Deos vivo”. O jornal oficial da Província de Sergipe denunciava a situação do edifício, com o “assoalho do Claustro, dos salões, carcomidos pelas chuvas, que o putreficão”<sup>15</sup>.

Tais denúncias estavam condizentes com as demandas civilizatórias desejadas para a sociedade sergipana de antanho. Isso demonstra a presença preocupações similares aos embates existentes na cidade do Rio de Janeiro nesse mesmo período, na qual havia o investimento de sanar a cidade de suas mazelas<sup>16</sup>. Antes de descrever o estado de conservação do prédio que abrigava a mais poderosa associação de leigos de Sergipe oitocentista, os editores do jornal elucidaram as preocupações com a construção da liberdade civilizadora:

*Nos séculos appellidados da ignorância, do selvagismo, e da barbaridade, pomposas Aras e, maravilhosos Templos erão erigidos ao culto Divino; hoje porém, em tempo de luzes, em dias, em que só ufanamos respirar um ar livre, e saudável, desmoronão-se os edificios Religiosos, nem se-quer se fazem conservar essas architecturas fulgentes dos antiquários tempos (ó fatalidade!). Hé da venerável Ordem-terceira do Carmo desta Cidade, que por esta vez passamos a occupar-nos.*<sup>17</sup>

No mesmo mês, Frei Francisco de Santa Rosa de Viterbo, Prior do Carmo de Sergipe publicou uma correspondência de Frei Thomaz de Aquino Ribeiro, Prior da Bahia na qual autorizava os reparos nos edifícios religiosos de Sergipe, com a utilização da verba obtida a partir da venda do antigo Engenho Quindongá<sup>18</sup>.

<sup>13</sup> *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 351, 14 mai. 1842, Parte Official, Governo da Província, Resolução n. 95, p. 01, col. 1 e 2.

<sup>14</sup> “CONVENTO do Carmo”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 354, 25 mai. 1842, p. 01, col. 1 e 2.

<sup>15</sup> “A ORDEM-TERCEIRA do Carmo”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 356, 11 jun. 1842, p. 03.

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>17</sup> “A ORDEM-TERCEIRA...”, p. 03.

<sup>18</sup> O Engenho Quindongá pertencia aos frades carmelitas de Sergipe e no início da década de 40 do século XIX foi vendido ao Brigadeiro Domingos Dias Coelho e Mello, pai do Barão da Estância e

Os tempos provinciais nos quais Sebastião Boto atuou como presidente e vice-presidente em Sergipe foram marcados pela preocupação em recuperar os templos católicos e restituir as antigas ordens da capital provincial. Enquanto os legisladores da Assembleia Imperial buscavam coibir o ingresso de religiosos europeus, o presidente provincial de Sergipe argumentava sobre os benefícios da reabertura dos conventos na cidade de São Cristóvão. De acordo com a fala de Anselmo Francisco Peretti Abrão, presidente da província em 1843, “é com efeito a Religião, como sabeis, a educação do pobre, o freio que retém o rico, e o poderoso no meio dos desvarios, que inspira a riqueza, e o poder, hé enfim o complemento da Moral, e de toda a Legislação”<sup>19</sup>. Anselmo Abraão ainda mencionou sobre a falta de execução da Lei que permitia o ingresso de noviços nos conventos do Carmo e de São Francisco, fato que teria motivo a ausência de procura dos jovens para adentrar nas ordens. Todavia, a informação mais reveladora da fala presidencial foi o convite para os frades capuchinhos italianos reabrirem o seu hospício em São Cristóvão.

*Penso porém que não tardarão muito a chegar os Capuchinhos, que, em virtude da Lei Provincial de 8 de Março de 1841, foram mandados vir da Itália; e como nesse negócio a previsão da Assembléa, que vos procedeo, não andou a pár de seo zelo, tenciono fazê-los acolher, quando aqui se apresentarem, no Convento de Santo Antônio, até que as ruínas, que, sob a pomposa denominação de Templos principiados do Senhor da Misericórdia, e de S. Gonçalo, forão designados para o Hospício de taes Religiosos, seião postas em circunstâncias de recebê-los.*<sup>20</sup>

Essa ação de promover a entrada de frades capuchinhos em Sergipe contribuiu para a difusão inicial do processo de reforma devocional. Enquanto os antigos conventos encontravam-se arruinados e com dificuldades para receber novos membros, os capuchinhos italianos viriam à província para assumir o papel de defender as tradições católicas e de orientar a conduta moral da população e do próprio clero. Trata-se, portanto, de uma fase inicial do processo de reforma devocional católica em Sergipe, marcada pela realização de santas missões itinerantes e com visitas esporádicas às comunidades recônditas da província. Essas ações tiveram como centro irradiador o Convento Nossa Senhora da Conceição, edificado nos arredores da cidade de São Cristóvão.

Ao que parece, as obras do Hospício e da igreja Senhor das Misericórdias foram adiantadas e os religiosos passaram a usufruir desse espaço antes mesmo da conclusão. Dois anos após a fala presidencial, foi publicado um convite para os sermões penitenciais dos barbadinhos na Quaresma de 1845: “Sexta-feira 7 do corrente, no Hospício N. S. da Conceição dos Capuchinhos, principião os

---

membro da Ordem Terceira do Carmo. Cf. “Correspondência”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 360, 15 jun. 1842, p. 04.

<sup>19</sup> “FALLA com que o Exm. Sr. presidente da Província de Sergipe, Dr. Anselmo Francisco Peretti Abrão, abriu a 2ª Sessão da Assembleia Legislativa Provincial em dia 22 de abril de 1843”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 443, 10 mai. 1843, p. 03.

<sup>20</sup> “FALLA com que...”, p. 03.

sermões chamados de 6ª feira de quaresma”<sup>21</sup>. Contudo, a edificação não chegou a ser finalizada. Em 1860, ao visitar a cidade de São Cristóvão, o imperador Dom Pedro II registrou em seu diário a situação da igreja e do convento: “Senhor das Misericórdias em construção, assim como a Conceição – ambas paradas”<sup>22</sup>.

Além disso, pode-se inferir que a atuação dos religiosos italianos em Sergipe não significou um rompimento com as práticas devocionais do povo sergipano, pois os referidos frades apresentavam-se como entusiastas dos atos de sacrifícios públicos, da penitência e até mesmo da mortificação do corpo, caso fossem realizadas no ambiente privado<sup>23</sup>. As prédicas capuchinhas, respaldadas pelo medo, dialogavam harmoniosamente com a conduta de romeiros nas festas católicas de Sergipe, especialmente a romaria do Senhor dos Passos.

O momento propício para os sacrifícios e para a penitência no Sergipe oitocentista era o das santas missões capuchinhas. A preocupação central dos frades era combater a ascensão do protestantismo, do espiritismo e da maçonaria e esse combate os levou a valorização das práticas devocionais dos pobres<sup>24</sup>. Nesse caso, pode-se afirmar que a atuação dos religiosos italianos em Sergipe, na primeira fase da reforma devocional católica, foi respaldada pela busca de uma reorientação da conduta religiosa da população leiga e pela vigilância acerca da conduta moral dos sacerdotes responsáveis pelas freguesias<sup>25</sup>.

Mesmo sendo possível perceber a existência de um discurso voltado para a construção de um mundo civilizado e no controle às superstições e práticas tidas como selvagens e atrasadas, os frades capuchinhos em Sergipe impulsionaram o fortalecimento do caráter penitencial da população católica local. A proposta de orientação devocional do clero reformador no Sergipe oitocentista não estava muito distante das condutas da população local, fossem pobres ou ricos. A penitência que futuramente seria combatida pelos intelectuais, políticos e, principalmente, religiosos, era uma expressão valorizada e difundida pelos frades nas santas missões.

Ao longo da segunda metade do século XIX, e nos primeiros decênios do século

---

<sup>21</sup> “AOS CATHOLICOS”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 589, 12 fev. 1845, p. 04.

<sup>22</sup> PEDRO II. “Diário do Imperador Dom Pedro II na sua visita a Sergipe em janeiro de 1860”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 26, vol. 21, 1961, p. 70.

<sup>23</sup> CUNHA, Tatiane Oliveira da. *Práticas e prédicas em nome de Cristo...: capuchinhos na “cruzada civilizatória” em Sergipe (1874-1901)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

<sup>24</sup> Percebe-se essa preocupação em combater as chamadas ameaças da modernidade por meio das Encíclicas papais publicadas ao longo da segunda metade do século XIX. Um caso elucidativo é a Carta Encíclica *Superiore Anno*, do Papa Leão XIII, na qual defende a difusão do Rosário de Maria no intuito de “Efetivamente, agora também se trata de um negócio bastante árduo e importante: isto é, de abater o poder do antigo e astutíssimo inimigo, arrogante na sua força; de reivindicar a liberdade para a Igreja e para o seu Chefe; de conservar e defender os fundamentos sobre os quais deve apoiar-se a segurança e o bem-estar da sociedade. Grande deve, por isto, ser, nestes tempos tão lacrimosos para a Igreja, a solicitude de manter com piedosa diligência o santo costume do Rosário; sobretudo porque esta oração é composta de modo a evocar sucessivamente todos os mistérios da nossa salvação, e portanto particularmente adequada para fomentar a piedade”. Cf: LEÃO XIII. Carta Encíclica *Superiore Anno de Sua Santidade Papa Leão XIII*. Cidade do Vaticano, 30 ago. 1884. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

<sup>25</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “O triunfo da Quaresma: práticas romanizadoras na Freguesia de Nossa Senhora d’Ajuda”. *Sæculum – Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 25, jul./dez. 2011, p. 195-213.

XX, os frades barbadinhos se tornaram interlocutores clericais do catolicismo das camadas populares. Na santa missão realizada em Aracaju, nos idos de 1860, apenas cinco anos após a fundação da cidade, os frades conclamavam os moradores da jovem capital para a procissão de penitência: “Hoje após a prédica apostólica terá lugar a procissão de penitência, a erecção da Santa Cruz da Redempção em memória da missão e da fidelidade catholica do povo do Aracaju”<sup>26</sup>.

A retórica dos frades italianos aproximava-se dos anseios e das práticas realizadas pelas camadas populares de Sergipe na segunda metade do século XIX. A primeira fase da reforma devocional católica na província foi marcada por uma orientação civilizatória, no qual os religiosos recomendavam a penitência coletiva pública na suplicação pelo perdão e os atos de sacrifícios resguardados no mundo privado. Com isso, nas procissões organizadas nas santas missões era possível visualizar cenas próximas ao que ocorria na romaria do Senhor dos Passos:

*Seguiu a procissão pelas ruas do barão, em três faces da praça do Palácio, rua da Aurora até o estaleiro adiante do qual se achava uma montanha de pedras que em menos de um quarto d’hora desapareceu, ocupando cabeças e ombros desde o presidente da província, até o último cidadão, desde a mais distinta Senhora até a da mais inferior condição, e restituídas todas a mesma ordem se encaminhou a procissão ao lugar do cemitério, onde depositou toda a pedra, e regressou a recolher-se, o que teve lugar as 7 horas da noite.*<sup>27</sup>

Percebe-se como a penitência entre os católicos de Sergipe oitocentista era uma prática diletante e encontrava-se coadunada com as ações missionárias dos capuchinhos. Além disso, ressalta-se o fato da penitência apresentar-se como uma missão para todos os segmentos sociais, incluindo o presidente<sup>28</sup>. A presença do presidente provincial exercendo penitências nas ruas da capital pode ser lida como uma ação da política imperial do padroado régio, no qual as ações reformadoras do clero, em alguns casos, podia aproximar-se do discurso civilizador da política. “Numa pequena cidade, que só há quatro anos emergiu das areias do mar”<sup>29</sup>, a santa missão tornou-se um grande atrativo das diferentes camadas sociais. Provavelmente, essa tenha sido uma das maiores manifestações devocionais na cidade de Aracaju, ao longo do século XIX, pois de acordo com os impressos da época, o evento teria reunido mais de dez mil pessoas<sup>30</sup>, um número extremamente relevante, se levarmos em consideração que em 1872, doze anos após a celebração,

<sup>26</sup> “NOTÍCIAS”. *Correio Sergipense*, Aracaju, n. 40, 03 mai. 1860, p. 04, col. 1.

<sup>27</sup> “NOTICIÁRIO: Procissão de Penitência”. *Correio Sergipense*, Aracaju, n. 41, 15 mai. 1860, p. 04, col. 1.

<sup>28</sup> Nesse período Sergipe tinha como presidente provincial Manoel da Cunha Galvão, que governou entre 7 de março de 1859 e 15 de agosto de 1860. Cf. DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação: 2009, p. 470.

<sup>29</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 336.

<sup>30</sup> “NOTICIÁRIO: Procissão...”, p. 04, col. 1.

Aracaju reunia pouco de cinco mil almas<sup>31</sup>. A procissão de penitência tornou-se o grande atrativo:

*Desde as 2 horas da tarde daquelle dia 12 que a cidade se vio em grande movimento: povo immenso de todas as ordens, qualidades e sexos affluia por diversas ruas convergindo ao logar da missão. Ahi pelas 4 horas e meia subio ao púlpito o reverendo capuchinho Frei Paulo e orou doctrinando sobre um dos pontos do cathecismo, findo o que, erão 5 horas, se poz em marcha a procissão, precedida pela Imagem do Crucificado. Seguião-na, em duas alas, todos os meninos, depois todos os adultos, o clero com a cruz, as virgens vestidas de branco com cabellos soltos atados apenas, pela frente, com uma fita da mesma cor, levando em mão uma vela e quatro conduzindo a Imagem da Virgem da Piedade, dirigidas por quatro matronas. Após a imagem formavão, porém em grupo, porque não foi possível reduzir à ordem de alas, todas as mais pessoas do sexo feminino; e essa descompostura na marcha das “Senhoras mulheres” como as chamavão os Reverendos capuchinhos, nascia do desejo de se quererem todas aproximar da Imagem da Virgem.*

*Este préstito occupava uma linha de estensão nas diferentes ruas, de mais de mil braças, calculando-se, sem receio de errar, acima de dez mil pessoas, que formavão o préstito da procissão nas duas alas e grupo mulheril em número quase de dous terços dos homens.*<sup>32</sup>

Na longa descrição da procissão penitencial ressalta-se o foco das devoções difundidas pelos frades capuchinhos. Mesmo Aracaju tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição, as imagens veneradas na santa missão estavam associadas aos cultos do catolicismo luso-brasileiro, ou seja, do Bom Jesus sofredor e a Virgem dolorosa<sup>33</sup>. Partindo dessa premissa, pode-se relativizar o desenrolar do processo de reforma devocional católica, pois se torna explícito as diferentes estratégias da conduta da Igreja Católica de acordo com as ordens religiosas, o contexto social e os momentos históricos. Nesse sentido, nem sempre ocorreram críticas aos comportamentos dos devotos ou imposição de novas devoções, como elucidam estudos acerca da Igreja católica em Sergipe sobre o período da reforma<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> De acordo Amâncio Cardoso dos Santos Neto em 1860 viviam, no município de Aracaju, 6.364 habitantes. Esse número inclui os moradores do povoado Santo Antônio e da Vila do Socorro. Cf. SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855-1856)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p. 234.

<sup>32</sup> “NOTICIÁRIO: Procissão...”, p. 04, col. 1.

<sup>33</sup> AZZI, Riolando. “Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador: um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade Católica no Brasil”. *Revista Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, ano 18, n. 45, 1986, p. 215-233.

<sup>34</sup> AGUIAR, Fernando José Ferreira. “Em tempos de solidão forçada”: epidemia de varíola, sistema

Percebe-se entre as ações dos capuchinhos no Sergipe oitocentista uma preocupação com a reorientação devocional e muitas vezes incluía um reforço à devoção aos santos de apelo popular. Utilizando-se dos recursos pedagógicos das prédicas, do caráter penitencial das procissões e do uso do medo<sup>35</sup>, os religiosos tentavam direcionar a atenção do povo sergipano para o universo religioso, ou seja, constituir nos locais de santas missões uma atmosfera sagrada. Observe as orientações propostas pelos frades Paulo de Casa Nova e Davi:

*Guardou-se nesta procissão a melhor ordem possível, a melhor veneração, o maior respeito. Foi um acto summamente tocante e edifficante. Os ministros do Senhor tiravão as ladainhas de todos os Santos, e o povo respondia com a maior piedade e devoção. Não se deo o espetáculo deshumano de se ver penitentes retalhando-se as carnes vertendo destas o sangue, e compungindo corações. Os Reverendos missionários tiverão a prudente discripção de o prohibirem, deixando isso para o recolhimento de cada um, que assim o quizesse em sua consciência, certos de q' não erão as disciplinas que lavarão suas culpas; que a verdadeira penitência, era uma cordial contrição, a confissão das culpas, e o propósito firme de arredar-se dellas, para uma vida morigerada segundo as leis e preceitos da Igreja de Jesus Christo e de suas Divinas palavras no decálogo.*<sup>36</sup>

As orientações dos frades missionários revelam uma conduta bem divergente ao preconizado pela historiografia acerca da reforma católica. Não existe nenhuma referência a Eucaristia e a confissão, ou até mesmo, proposta de combate ao catolicismo das camadas populares. Ao contrário, percebe-se uma clara tentativa de orientar tais práticas com a recomendação para serem evitados os sacrifícios do corpo em público. Nesse caso, torna-se possível compreender alguns aspectos do catolicismo na segunda metade do século XIX. O primeiro, trata-se da assertiva de não ter ocorrido “o espetáculo deshumano de se ver penitentes retalhando-se as carnes vertendo destas o sangue, e compungindo corações”. Esse estranhamento pode ser entendido como um indício de tais práticas naquela época serem recorrentes nas procissões queresmeiras de Sergipe. Além disso, ressalta-se o fato de não ter existido uma proibição de fato, mas uma recomendação para deixarem

---

de saúde, costumes e fé em Sergipe novecentista. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002; SOUSA, Antônio Lindvaldo. *O eclipse de um farol: aspectos da romanização do catolicismo brasileiro (1914-1917)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2008; ANDRADE, Péricles. *Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010; SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *A festa de São Benedito em Lagarto-Se (1771-1928): limites e contradições da romanização*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

<sup>35</sup> O medo da morte permeava o imaginário da sociedade sergipana da segunda metade do século, especialmente pela efusão de epidemias que grassavam a maior parte da população. Cf. SANTOS NETO, *Sob o signo...*

<sup>36</sup> “NOTICIÁRIO: Procissão...”, p. 04, col. 1.

“isso para o recolhimento de cada um”.

Nos bastidores das procissões penitenciais, com o consentimento dos frades reformadores, continuavam as práticas condenadas pelos higienistas e pelos sacerdotes pouco afeitos às penitências sacrificiais. No processo civilizatório, a mortificação do corpo deveria ocorrer na esfera privada<sup>37</sup>. Contudo, a realização de procissões de penitências não foi prática exclusiva dos membros da Ordem Terceira do Carmo de São Cristóvão ou dos missionários capuchinhos. O próprio arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Antônio de Seixas, tido como um dos principais entusiastas no combate às práticas penitenciais, na carta pastoral de 1850, exortou a população de sua arquidiocese a participar das procissões de ação de graças pelo fim das epidemias. De acordo com o arcebispo:

*Hé tempo, Irmãos e Filhos muito amados, de rendermos ao Pae das Misericórdias e Deos de toda consolação o tributo de nossas acções de Graças pelo inestimável beneficio da extincção da fatal epidemia, que affligio e cobrio de luto esta e outras Províncias do Império. Ainda quando fossem mais duradóros e mortíferos os seus estragos, a consideração das reiteradas offensas com que de contínuo abusamos da sua infinita bondade e paciência e desafiamos os rigores da sua justiça, de vir humilhar-mos debaixo da poderosa Mão, que nos ferio, sem com tudo abandonar-nos esperando ainda, que doces a estes saudáveis avisos voltássemos aos seus Braços paternaes, sempre abertos ao arrependimento.*

*Penetrados pois d'estes sentimentos, e Conformando-Nos com o espirito e prática da Igreja, temos resolvido, auxiliado pela cooperação da respeitável Confraria do Senhor Bom Jesus dos Passos, fazer uma solemne Procissão de Acção de Graças pela extincção da supradita epidemia no dia 30 do corrente, e contando sempre com a boa vontade do Nosso IIIº Cabido, Convidamos os Rev. Párochos com seu Clero, Corporações Religiosas, Confrarias, e mais Fieis para que compareçam no referido dia, pelas 4 horas da tarde, em a Nossa Sé Metropolitana, afim de acompanharem a mesma Procissão; o que esperamos farão todos com a modéstia, recolhimento e silêncio próprio de tão edificante acto, exhotando-os igualmente à que para elle se disponhão com os Sacramentos da Penitência e Eucharistia, afim de que o fruto da nossa religiosa gratidão reverta para*

---

<sup>37</sup> De acordo com Norbert Elias, “hoje sabemos como aliviar as dores da morte em alguns casos; angústias de culpa são mais plenamente recalçadas e talvez dominadas. Grupos religiosos são menos capazes de assegurar sua dominação pelo medo do inferno”. ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 23. Diante disso, percebe-se como no Sergipe oitocentista existia uma preocupação dos religiosos para indicarem aos devotos para cumprirem as disciplinas no universo privado, em nome da civilização e do combate aos costumes tidos como desumano.

*nós, como se explica S. João Chrysostomo, e nos torne credores de mais copiosa graças. Confiamos que os Rev. Párochos do interior da Diocese praticarão o mesmo nas suas respectivas Freguesias, e Ordenamos que cessando a oração que havíamos prescripto, se recite só no dia da Procissão a Oração – Deus, cujus Misericordia nom est numerus – da Missa – pro gratiarum actione.  
Dada n’esta Cidade da Bahia sob Nosso Signal e Sello das Nossas Armas aos 19 de Agosto de 1850  
Romualdo – Arcebispo da Bahia.<sup>38</sup>*

Nos tempos de reformas, a maior autoridade eclesiástica do Brasil convocou uma procissão de caráter penitencial devotada ao Senhor dos Passos e promulgou a defesa que a mesma se reproduzisse nas freguesias do interior. São frestas reveladoras dos impasses permeados nas ações de bispos, frades e párocos no país. É possível pensar que um dos motivos para os atritos entre religiosos e leigos em relação aos santuários fosse decorrente da questão da autoridade, ou seja, os responsáveis pelo controle das devoções. Até o final do século XIX, a quase totalidade dos santuários de grande apelo popular no Brasil era controlada por irmandades de leigos. As romarias eram importantes fontes de prestígio e não era raro encontrar membros da elite política inseridos no seio das grandes irmandades, confrarias e ordens terceiras, como foi o caso de São Cristóvão. Na carta pastoral de D. Romualdo Seixas aparece alguns elementos distintivos da religiosidade católica reformada, como a ênfase atribuída a Eucaristia. Além disso, emerge uma nova proposta hierárquica, na qual a Confraria do Senhor Bom Jesus dos Passos “auxilia e coopera” na organização da procissão penitencial de ação de graças.

No Sergipe oitocentista também foram recorrentes as procissões votivas de ação de graças com a imagem do Senhor dos Passos. Na cidade de Estância, localizada no sul da província, em 1857 foi realizada a procissão de lavagem dos pés do Senhor dos Passos. De acordo com o *Correio Sergipense*:

*Tivemos depois d’essa uma outra procissão, a que o amigo Forraguidas denominou procissão da ponte nova. Foi mais um passeio devoto q outra cousa, e não sei se com effeito ahi se praticam uma formalidade que me disserão, lavarem os pés da Imagem do Senhor dos Passos, para que assim se dignassem remediar a escassez das chuvas, que já está se tornando penosa. Enfim, o que sei é que todo o povo partio da Igreja Matriz e foi em procissão até a ponte nova da caxoeira (alega auctoridade [ilegível]) e voltou pela estrada nova, entraram para a mesma Igreja, gastando de ida e volta umas quatro horas pelo menos. Não serei eu que reprova a prática de se lavarem no rio os pés das Imagens, para pedir-lhes memoração da secca.*

<sup>38</sup> SEIXAS, D. Romualdo Antônio. “Pastoral”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, ano XIII, n. 76, 5 out. 1850, p. 03, col. 1-3.

*Esses actos praticados com a melhor das intenções, nada tendo em si de degradantes, estão muito além da censura, que pode exercer a minha nullidade, fique lá isso para os nossos D. D. e Theologos, que devem entender mais do que eu de materias theológicas.*<sup>39</sup>

As críticas às procissões penitenciais em Sergipe eram mais notórias entre os intelectuais e profissionais ligados à imprensa provincial da segunda metade do oitocentos. Havia uma clara preocupação em difundir a civilização e combater as práticas tidas como perniciosas e selvagens. Com isso, a renovação das procissões era uma exigência singular para moldar a sociedade local aos novos parâmetros da modernidade, respaldados na valorização das artes, nas normas de etiqueta e maior racionalidade nas práticas devocionais. Nesse caso, a realização de uma procissão com a imagem votiva patrona da mais próspera irmandade da cidade Estância, com propósitos mágicos era visto com desconfianças entre as elites intelectuais da época. Por outro lado, esse episódio elucida os diferentes usos da devoção ao Senhor dos Passos no Brasil oitocentista, pois ele era o “santo” capaz de solucionar os problemas de epidemias ou até mesmo sanar as longas estiagens, ao ter seus pés lavados nas águas do Rio Piauitinga<sup>40</sup>. Também não pode ser negligenciado o fato dos frades capuchinhos terem realizado procissões penitenciais com algumas características similares a do Senhor dos Passos da Ponte Nova. Na santa missão de 1864, em dez dias, os religiosos impressionaram a população local com o poderio de suas prédicas. No encerramento das atividades, os frades Paulo Casa Nova e Davi realizaram duas imponentes procissões. De acordo com o intelectual estanciano Severiano Cardoso:

*Notícia Religiosa*

*A Missão na Estância*

*Forão Estes os seos trabalhos, além de terem promovido duas procissões de penitência, de que não posso deixar de fazer um pequeno esboço.*

*Uma procissão de homens, tarde da noite, e com todo o recolhimento e devoção. Na frente a Cruz – em seguida homens trajando branco, descalços, com as cabeças cobertas e uma coroa de espinhos, levando alguns uma Cruz. Depois o Crucifixo, o clero e mais povo.*

*Esta procissão percorreo quasi toda a Cidade. Outra, a das mulheres, e homens, indo estes adiante e ellas seguindo o andor da Piedade, que ia precedido de 203 Magdalenas vestidas de branco, cabellos soltos, uma fita branca na cabeça e uma vela acesa na mão. – Podia se ver; mas não haviaio espectadores; porque toda a cidade, em numero de mais de 10:000 pessoas, fez parte da procissão.*

*Cessarão os seos trabalhos no dia 1º do corrente e*

<sup>39</sup> “CORRESPONDÊNCIA”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 42, 19 set. 1857, p. 03.

<sup>40</sup> Rio que banha a cidade de Estância e integra a bacia do Pauí-Piauitinga.

*retirarão-se no dia 2 do corrente, sendo acompanhados pelo povo até certa distância. Forão para São Christóvão e de lá para Larangeiras.*<sup>41</sup>

O retorno dos frades para São Cristóvão elucida o papel da cidade no processo de reforma devocional com as santas missões itinerantes dos capuchinhos em Sergipe. Com a proximidade do Convento Nossa Senhora da Conceição, se tornava possível realizar inúmeras santas missões no agreste e nos sertões da província, intercalados com pequenos momentos de repouso na casa religiosa da velha capital. Isso possibilitava também uma maior autonomia dos frades italianos na atuação em território sergipano em relação ao Convento da Piedade de Salvador.

Nessa primeira fase do processo de reforma devocional católica em Sergipe, as diretrizes da atuação do clero eram gestadas em Salvador, com a Arquidiocese da Bahia. Todavia, também devem ser elucidados os papéis desempenhados pelos atores sociais em São Cristóvão, especialmente o vigário geral de Sergipe e os frades do Convento Nossa Senhora da Conceição. Em certa medida, São Cristóvão foi um centro irradiador da reforma católica em terras sergipanas, pois nela viviam o vigário responsável pela coordenação de todo o clero provincial, assim como os frades pregadores das santas missões itinerantes nos interiores de Sergipe.

Ao longo da segunda metade do século XIX a cidade de São Cristóvão passava por uma série de ações que levavam a reestruturação do seu clero. Enquanto o Convento Nossa Senhora da Conceição era vitalizado com a recepção de frades italianos destinados a pregarem em recônditas localidades, os conventos do Carmo e de São Francisco sofriam com as sanções imperiais, sem autorização de receber noviços, fossem estrangeiros, fossem nacionais. As restrições no Convento do Carmo repercutiram com a intervenção dos carmelitas da Bahia, por meio de visitas e acompanhamento da liquidação das propriedades. Com isso, a segunda metade do século XIX delimita o declínio da Ordem do Carmo em Sergipe, com o esvaziamento dos conventos. Em 1855, o *Correio Sergipense* publicou um aviso do Prior do Carmo da Bahia, Frei Alexandrino José do Rosário Figueiroa sobre a demência do Prior do Carmo de Sergipe:

*Annuncios*

*Fr. Alexandrino José do Rozario Figueirôa, Prior do Convento do Carmo da Bahia, Visitador deste de Sergipe, participa ao respeitável público, que a sua comunidade não fica responsável por qualquer dívida ou contracto feito pelo actual Prior deste mesmo Convento O Padre Mestre Fr. Francisco de Santa Rosa de Viterbo, visto estado de demência e por isso incapaz de contractar; como he publico e notório.*<sup>42</sup>

Como se pode perceber, a Ordem Carmelitana encontrava-se em crise, com a finalização da maior parte das atividades nos conventos e fazendas do interior e a

<sup>41</sup> CARDOSO, Severiano. “Notícias Religiosas: a Missão na Estância”. *Correio Sergipense*, Aracaju, n.º 24, 23 mar. 1864, p. 04.

<sup>42</sup> “ANNÚNCIOS”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 11, 10 fev. 1855, p. 04.

redução do número de frades na sede cristovense. Três antes da visitação de Frei Alexandrino Figueiroa a Sergipe, o Prior do Hospício Nossa Senhora do Carmo do Rio Real, na Freguesia do Espírito Santo (extremo sul da província de Sergipe), foi denunciado por ter cometido crimes contra membros da família de Antônio Faustino<sup>43</sup>. Além disso, também é possível encontrar uma série de denúncias de maus tratos dos frades em relação às mulheres negras escravizadas no Convento do Carmo de Palmares, no sertão sergipano, ou seja, além de decadente, os carmelitas também perdiam a legitimidade na sociedade sergipana por meio de críticas e denúncias.

Essa redefinição das hierarquias das ordens religiosas no Sergipe oitocentista respingou na estrutura de organização da romaria do Senhor dos Passos. A maior solenidade religiosa da província era um evento atribuído à Ordem Terceira do Carmo com o auxílio dos frades. De acordo com Serafim Santiago, na saída da procissão do Depósito:

*Collocados os homens e meninos em ordem para sahir, eis que surgem da sacristia, o Prior do Carmo, outros frades e Padres, o sacristão trazendo o thuribulo e a naveta contendo o aromático incenso de bejuim, e os Irmãos 3<sup>os</sup> do Carmo, vestidos de hábitos pretos, com escapulários e capa de tafetá cor de palha, sendo elles os seguintes senhores: Capitão José Pedro de Oliveira, zelador e Thezoureiro da 3<sup>a</sup> do Carmo, trazendo a Cruz Processional; Capitão José Joaquim Pereira Lobo; Tenente Manoel Messias Álvares Pereira; Tenente José Florêncio dos Santos; Tenente João Caetano de Andrade; Capitão Antônio José Pereira e muitos outros.*<sup>44</sup>

A Procissão do Depósito de São Cristóvão, na segunda metade do século XIX, era um espetáculo dirigido pela Ordem Terceira do Carmo e orquestrado pelas ordens religiosas presentes na cidade, especialmente os frades carmelitas. O clero era mais um atrativo da grande romaria e detinha pouco espaço para apresentar propostas para o evento. Prova disso é o fato dos terceiros serem os responsáveis pela contratação do orador sacro para pregar o sermão do Encontro, justamente a atividade na qual o clero poderia exercer maior influência na solenidade.

Ao atuar como prestadores de serviços na romaria dos Passos, com o recebimento de importantes donativos para acompanhar as celebrações e pregar sermões, os religiosos tornaram-se apenas sentinelas que saíam dos bastidores para guarnecer a charola ao longo da procissão e, posteriormente, desaparecerem na chegada do

---

<sup>43</sup> Antônio Faustino denunciou “o Prior do Hospício Nossa Senhora do Carmo, Frei Joaquim Maria do Sacramento, pelos factos criminosos por elle praticados quer em relação a pessoa do supplicante, quer a de huma sua parente; e inteirado tanto do contexto d’esse requerimento e como do que a respeito v. m. informa cabe-me em resposta dizer-lhe que cumpre que, tamanho de taes factos trate de formar os respectivos summarios pelos crimes em que tiver logar o procedimentos officiais”. *Correio Sergipense*, São Cristóvão, n. 82, 20 out. 1852, p. 02.

<sup>44</sup> SANTIAGO, Serafim. “Igreja do Amparo”. In: *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*: manuscrito de Serafim Santiago [1920]. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, p. 183.

cortejo enquanto os romeiros se exprimiam para tocar nos pés do Senhor dos Passos. O pensador da história Serafim Santiago descreveu a ordem de saída da procissão:

*Sahia então a procissão da seguinte forma: na frente, um Irmão 3º levava a cruz processional; em seguida, o Justiniano collocava os homens e meninos e mandava abrir alas, seguindo-se da mesma forma os Irmãos 3ºs do Carmo. Junto a charola, o frade Carmelita, o Franciscano e o sacristão levando o thuríbulo de onde subia fumaça do aromático incenso de bejuim perfumando as ruas por onde passava. [...] Em toda a praça do Carmo, rua da Imperatriz e praça da Matriz por onde passava a procissão estavam iluminadas as fachadas das casas e sobrados.*<sup>45</sup>

A romaria dos Passos, capaz de mobilizar parte considerável da sociedade sergipana, era um motivo para as práticas de negociação entre os irmãos terceiros e o clero, os membros de irmandades e até mesmo os moradores das ruas do itinerário das procissões. A negociação com o clero se dava por conta dos contratos para a realização das missas, dos sermões e acompanhamento das procissões.

Com os membros das irmandades, confrarias e ordens terceiras eram negociadas as presenças dos irmãos<sup>46</sup>, a disponibilização de anjos<sup>47</sup>, a recepção nos oragos<sup>48</sup>, o dobrar dos sinos e, no caso da Ordem Terceira de São Francisco, o direito de transportar as charolas<sup>49</sup>. Com os moradores das ruas do itinerário das procissões a negociação envolvia três ações centrais: a primeira, mais restrita e elitista, ocorria por conta da seleção das casas para receberem os “Passos”<sup>50</sup> nas

<sup>45</sup> SANTIAGO, “Igreja do Amparo”, p. 183.

<sup>46</sup> Praticamente todas as irmandades da cidade participavam das procissões. No caso de São Cristóvão, como a cidade possuía mais de 14 irmandades, as atividades dos irmãos variavam de acordo com o prestígio e importância social da mesma.

<sup>47</sup> Na Procissão do Encontro a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos disponibilizava crianças vestidas de anjinhos para acompanharem a imagem do Senhor dos Passos, provavelmente transportando as insígnias da Paixão. Cf. SANTIAGO, “Igreja do Amparo”, p. 186.

<sup>48</sup> A Imagem do Senhor dos Passos era recebida na Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória pelo vigário Barroso e irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento. A imagem pernoitava diante da capela da referida irmandade. SANTIAGO, “Igreja do Amparo”, p. 184.

<sup>49</sup> De acordo com o Compromisso da Ordem Terceira de São Francisco da cidade de São Cristóvão, estavam “obrigados os Irmãos 3ºs de São Francisco a carregarem a charola do Senhor dos Passos na procissão da 2ª Domingo da quaresma, assim como os Irmãos 3ºs do Carmo a carregarem a charola da Virgem da Conceição na procissão de Cinzas”. SANTIAGO, “Igreja do Amparo”, p. 186.

<sup>50</sup> Eram armações efêmeras montadas para expor cenas da Paixão de Cristo. No caso de São Cristóvão, os sete Passos eram quadros com as seguintes representações: Jesus no Horto da Oliveiras, A prisão de Jesus, Bom Jesus da Coluna, Senhor da Pedra Fria (coroação de espinhos), Ecce Homo ou cana verde, Cruz as costas e Senhor Crucificado. Esses quadros atualmente encontram-se no acervo do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão. Cf. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Caminhos da Penitência: a solenidade do Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão (1886-1920)*. Aracaju: Casa de Sergipe, 2014; CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Quaresma e tríduo sacro nas Minas Setecentistas: cultura material e liturgia”. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, n. 17, 1993, p. 209-219; \_\_\_\_\_. “Piedade barroca, obras artísticas e armações efêmeras: as irmandades do Senhor dos Passos em Minas Gerais”. In: *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro: CBHA/ PUC-Rio/ UERJ/ UFRJ, 2004.

procissões do sábado e do domingo. Os “Passos” eram disputadíssimos entre os moradores. Tratava-se de um ato de grande visibilidade na romaria, pois além da charola do Senhor dos Passos parar diante deles para a execução dos motetos, os romeiros costumavam visitá-los após o encerramento das solenidades religiosas. A segunda ação era a seleção da Verônica, a jovem virgem que transportava o véu com a esfinge do Senhor dos Passos. Até o início do século XX, esse papel foi desempenhado por filhas de senhores da elite sergipana. Por fim, na ação mais aberta, ocorria em decorrência dos moradores das praças e ruas no itinerário da Procissão do Depósito produzirem lanternas para serem expostas na frente das casas, com intuito de iluminar o cortejo penitencial noturno. O intelectual Severiano Cardoso, no descerrar do século XIX, descreveu o envolvimento da população local nos preparativos das lanternas para a rememoração dos Passos:

*Uma Pétala todas as Manhãs  
Os Passos*

*É todo o ano assim! A nossa festa  
Foi sempre desejada e concorrida...  
“Não vais aos Passos”? Pergunta repetida...  
E é a última alegria que nos resta*

*Dizia isto, em modo prazenteiro,  
Uma moçoila muito coradinha,  
Picando, na janela, à tesoirinha,  
Um cartucho do noivo p’ra o tocheiro...*

*E na rua passava tanta gente,  
E o povo se mostrava tão contente,  
Que a festa ia ser de todo boa...*

*A moça deu um touco arrebitado...  
Bobagem, disse ela, neste Estado,  
Outros Passos farão, mas muito a toa...<sup>51</sup>*

Os Passos, de acordo com Severiano Cardoso,<sup>52</sup> eram vistos como “a nossa festa” e a celebração que “sempre teria sido concorrida e desejada” pela população sergipana. As procissões envolviam a participação dos mais diversos segmentos da sociedade cristovense, especialmente as elites com propriedades nas ruas da cidade alta. A preparação dos cartuchos para serem expostos nas fachadas das

---

<sup>51</sup> CARDOSO, Severiano. “Uma pétala todas as manhãs: XX. Os Passos”. *O Republicano*, Laranjeiras, n. 41, 24 fev. 1891, p. 03.

<sup>52</sup> Severiano Cardoso foi um dos mais ativos intelectuais sergipanos da segunda metade do século XIX, com vasta publicação na imprensa sergipana e baiana. Filho do professor Joaquim Maurício Cardoso e D. Joana Batista de Azevedo Cardoso, nasceu a 14 de março de 1840 na Estância e faleceu no Aracaju a 2 de outubro de 1907. Além disso, atuou em importantes instituições escolares de Sergipe e Minas Gerais, como o Atheneu Sergipense e o Pathernon. Cf. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 483; SANTOS, Maria Fernanda dos. “A escrita da história de Severiano Cardoso no entardecer do século XIX”. *Revista do IHGSE*. Aracaju, n. 42, 2012, p. 329-352.

casas na ocasião da Procissão do Depósito foi elucidada pelo intelectual, pois se constituía no momento oportuno para observar o transitar dos romeiros pela cidade. A *urbis* passava a apresentar um aspecto bem divergente ao seu cotidiano, com movimento descomunal por todas as ruas e igrejas seculares. Esse movimento era mais intenso a partir do sábado de Passos, dia consagrado à Procissão do Depósito. Provavelmente, em São Cristóvão ocorria um espetáculo similar ao de outras localidades do Brasil imperial, onde nas “vias públicas se formavam línguas de fogo vistas das altas janelas dos casarios. O clarão das velas em chamas e o cheiro de cera queimada exalavam para todos os lados”<sup>53</sup>. Na primeira capital sergipana as celebrações do Senhor dos Passos ocorriam de forma similar a da Cidade de Goiás, com uma maior ênfase para as práticas penitenciais, sacrifícios públicos e a presença dos terceiros carmelitas.

Com a redução do poderio da Ordem do Carmo em São Cristóvão, os membros da Ordem Terceira, responsáveis pela organização da romaria do Senhor dos Passos, necessitaram redefinir as hierarquias constituídas na celebração. Nos tempos imperiais, a procissão dos Passos revelava a negociação entre os terceiros do Carmo e os vigários colados da Freguesia Nossa Senhora da Vitória. Um desses vigários tornou-se um dos ícones do sacerdócio e da política local na segunda metade do século XIX. Tornou-se também um entusiasta da dramaticidade da romaria dos Passos na velha São Cristóvão. Era o homem das prédicas eloquentes e difusor dos elementos de teatralidade na procissão. Trata-se do orador sacro José Gonçalves Barroso<sup>54</sup>.

O Vigário Barroso, nome pelo qual ficou conhecido em Sergipe José Gonçalves Barroso, teve uma importante atuação no cenário político, literário e social de Sergipe oitocentista. A imprensa provincial do século XIX é notória em apresentar textos marcados pela descrição dos embates políticos e dos discursos do vigário em defesa dos interesses da velha capital e do grupo político do partido liberal, especialmente em relação ao correligionário Antônio Dias Coelho e Mello, o Barão da Estância. Na esfera religiosa, o pároco de São Cristóvão atuou como vigário geral de Sergipe entre 1861 e 1882. De acordo com o biógrafo Armindo Guaraná, Barroso:

*Nasceu na então vila de Laranjeiras a 21 de março  
de 1821 e faleceu na cidade de S. Cristóvão a 17 de*

<sup>53</sup> PRADO, Paulo Brito do & BRITTO, Clóvis Carvalho. “A economia simbólica da Paixão Vilaboense”. In: ROSA, Rafael Lino & BRITTO, Clóvis Carvalho (orgs.). *Nos Passos da Paixão: a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos em Goiás*. Goiânia: Kelps/PUC-GO, 2011, p. 108.

<sup>54</sup> É considerado um dos maiores oradores sacros de Sergipe. De acordo com Jacques, em texto publicado sobre a festa de Nossa Senhora da Pureza de São Cristóvão, no jornal “O Guarany”, o vigário Barroso era “um dos ornatos mais dignos do Clero sergipano”. “FESTA”. *O Guarany*, Aracaju, anno II, .nº 45, 8 out. 1879, p. 03, col. 1. Para o *Jornal do Aracaju*, ao se referir a inauguração do Asilo Nossa Senhora da Pureza destacou a relevância da prédica de Barroso, ao afirmar: “No ato da coroação da Virgem Santíssima, o eloquente orador o sr. vigário Barroso trouxe o auditório suspense e possuído de indissolúvel entusiasmo, aos sons doces e convincentes de sua palavra, fazendo o mais brilhante e justo elogio à pureza de Maria, nossa Divina Mãe. Honra ao sr. vigário Barros, honra ao orador que nunca desceu da tribuna em que se faz ouvir há longos anos, senão cheio de glória, rodeado de auréolas. “ASYLO de Nossa Senhora da Pureza”. *Jornal do Aracaju*, Aracaju, anno VIII, n. 789, 7 abr. 1877, p. 02, col. 1.

*setembro de 1882, tendo sido seus pais o capitão Antonio Gonçalves Barroso e D. Martinha Maria do Sacramento. Feito com rápido progresso o curso das aulas do seminário arquiépiscopal da Bahia, concluiu os seus estudos antes de completar a idade precisa para receber a investidura clerical, e por esta circunstância foi obrigado a recolher-se à província por determinado tempo, no decurso do qual se lhe deparou o ensejo de inscrever-se candidato a cadeira de latim da Capela então em concurso, e na qual foi promovido lente substituto por ato de 13 de dezembro de 1842. Passados dois anos voltou à Bahia, onde lhe foram conferidas as ordens sacras de presbítero secular.<sup>55</sup>*

O padre laranjeirense passou a atuar como pároco de São Cristóvão em meados do século XIX. De acordo com a documentação do Arquivo Nacional, o concurso público para a Freguesia Nossa Senhora da Vitória da capital de Sergipe transcorreu entre 1852, ano da morte do cônego Luiz Antônio Esteves, e 1853, ano da nomeação do vigário Barroso. No concurso, o padre José Gonçalves Barroso teve apenas um concorrente, Luiz Corrêa Caldas Lima, na época vigário encomendado da Freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão. De acordo com o arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Seixas, o referido concurso foi um dos mais intensos da arquidiocese, pois envolveu nos bastidores questões relevantes da acirrada política provincial. Segundo as palavras do arcebispo baiano:

*Aberto o concurso à Freguesia de Nossa Senhora da Victória da Capital da Província de Sergipe, só comparecerão dois opositores, a saber os Padres José Gonçalves Barroso, e Luiz Corrêa caldas Lima, Vigário encomendado da mesma Freguesia, cujos documentos tenho a honra de submeter ao Alto Conhecimento de Vossa Majestade Imperial. Este concurso é um dos mais agitados que se tem visto nesta Diocese, porque os dois concorrentes, ou antes os seus principais protetores, como representantes de duas parcialidades ou dissidências, menos políticas que pessoais, que infelizmente dividem aquela Província, parecem haver encarado a vitória de seus candidatos como um triunfo para o seu pretendido partido. Neste intuito, eles não tem poupado diligências e esforços para conseguir os seus fins.<sup>56</sup>*

O concurso da Freguesia Nossa Senhora da Vitória foi intenso. De ambas as partes partiam calúnias acerca da vida pessoal dos concorrentes. Tais ações revelavam “as intrigas locais”, a forma pela qual a vida da Igreja católica encontrava-se imbricada pelos interesses da política imperial e os bastidores da política imperial. Apesar

<sup>55</sup> GUARANÁ, *Dicionário bio-bibliográfico...*, p. 315.

<sup>56</sup> ARQUIVO NACIONAL. Decreto de 21 de abril de 1853. *Coleção Eclesiástica*. Cx. 889, doc. 50, p. 3.

da tensão existente no cenário provincial acerca do concurso, o padre Barroso conseguiu ser aprovado em primeiro lugar<sup>57</sup>. Isso mostrava a força do religioso no campo político sergipano no momento anterior a mudança da capital, assim como o poder de influência de seus correligionários. Ainda em 1853, Barroso foi apresentado como vigário colado<sup>58</sup> da Freguesia Nossa Senhora da Vitória. Conforme a documentação do referido concurso:

*Conformando-Me com a Proposta do Reverendo Arcebispo da Bahia, Hei por bem Apresentar o Padre José Gonçalves Barroso na Freguesia de Nossa Senhora da Victoria da Capital da Província de Sergipe. José Ildefonso de Sousa Ramos, Meu Conselho, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Abril de mil oitocentos e cinquenta e três, trigésimo segundo da Independência e do Império.*<sup>59</sup>

O Vigário Barroso atuou na Freguesia Nossa Senhora da Vitória entre 1855 e 1882. Trata-se justamente da época na qual o intelectual Serafim Santiago descreve em seu anuário, como período áureo, de grande pompa e articulação entre o pároco e os membros da Ordem Terceira do Carmo. Provavelmente, esse tenha sido os últimos instantes de articulação entre o clero e os leigos das irmandades na organização das festas religiosas na velha capital. Os impressos sergipanos elucidam os contratos e os convites para Barroso pregar os sermões nos dias de procissões em São Cristóvão, Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras. Os sermões mais afamados nessa época eram os pregados na romaria do Senhor dos Passos,<sup>60</sup> ocasião na qual a Praça São Francisco era transformada no auditório povoado por grande número da população sergipana.

Contudo, o prestígio social e político do vigário Barroso não ficou restrito a província de Sergipe. Ao longo de sua trajetória é possível encontrar inúmeras ações voltadas para o acúmulo de títulos imperiais, especialmente a partir de 1860, ano no qual Sergipe foi visitado pelo imperador Dom Pedro II. Após essa visita imperial, muitos políticos da província passaram a receber títulos nobiliárquicos. Isso teve como resultado o aumento significativo do número de senhores de engenho com título de barão em terras sergipanas. Nessa conjuntura, em 1866 o vigário Barroso solicitou ao imperador a nomeação para “Cônego Honorário da Capela Imperial

<sup>57</sup> José Gonçalves Barroso foi aprovado com 17 pontos, nota considerada ótima. Cf. ARQUIVO NACIONAL. Decreto de 21 de abril de 1853. *Coleção Eclesiástica*. Cx. 889, doc. 50, p. 6.

<sup>58</sup> Vigário Colado é o “Sacerdote que, após o concurso, foi constituído pela autoridade diocesana com a régia apresentação”. O Vigário Encomendado era o pároco de freguesia ainda não reconhecido oficialmente pelo Rei. Cf. NUNES, Verônica Maria Meneses. *Glossário de termos sobre religiosidade*. Aracaju: Tribunal de Justiça; Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, 2008, p. 154.

<sup>59</sup> ARQUIVO NACIONAL. Decreto de 21 de abril de 1853. *Coleção Eclesiástica*. Cx. 889, doc. 50, p. 1.

<sup>60</sup> Os sermões inéditos escritos pelo vigário Barroso foram doados a padres de outras freguesias. De acordo com Armino Guaraná, “Deixou grande número de sermões inéditos, dos quais os seus herdeiros ofereceram a maior parte ao falecido Padre José Joaquim Ludovice, vigário de Simão Dias, e os restantes ao Padre José Joaquim de Brito, atual vigário de Vassoura, Estado do Rio de Janeiro”. GUARANÁ, *Dicionário bio-bibliográfico...*, p. 315.

ou da Catedral da Bahia”. Na solicitação o pároco justifica seu pedido com o argumento acerca do respeito adquirido por parte de Dom Pedro II na ocasião da visita imperial a Sergipe. O arcebispo da Bahia e Conde de Salvador, Dom Manoel Joaquim da Silveira, afirma o seguinte sobre o vigário:

*Satisfazendo aos desejo de V. S<sup>a</sup> cumpre-me declarar a V. S que quando Sua Majestade está em Sergipe condecorou a este Pároco com a Comenda de Cristo, que é ele um sacerdote de reconhecido talento, que desempenha bem as funções do ministério paroquial, e as de Vigário Geral e que me pareceu digno, e merecedor das honras, que solicita.*<sup>61</sup>

Pelos registros documentais<sup>62</sup>, o argumento para o vigário Barroso receber as honrarias estava atrelado à visita imperial. Todavia, o registro de Dom Pedro II acerca do vigário nos idos de 1860 não eram nada pomposos. No diário do imperador foram feitas anotações sobre as cerimônias de recepção da família real na cidade de Aracaju:

*Matriz bonita, mas simples capela, grande indolência nos padres. Te Deum e cerimônias que nunca se acabavam; sermão medíocre do vigário de S. Cristóvão, Barroso, contudo disse o presidente que tendo desabado o telhado da matriz e S. Crist. ele exortou o povo, e tudo até meninos trabalharam, estando a igreja pronta par meu recebimento.*<sup>63</sup>

As primeiras imagens do imperador acerca do vigário de São Cristóvão foram pouco atraentes. Como D. Pedro II mesmo registrou, a cerimônia foi longa e o desgaste da viagem deve ter contribuído para as anotações pouco humoradas em relação a prédica do orador sacro. No momento posterior ele anotou que “o vigário daqui (Aracaju) é moral, sendo o único ilustrado o de São Cristóvão”.

O longo tempo da cerimônia de recepção da família imperial a Sergipe não deve ter sido uma exceção. Pelo contrário, os registros documentais na imprensa, assim como as anotações de intelectuais como Serafim Santiago reforçam a ideia do vigário Barroso ter se notabilizado pelos longos sermões e realização de cerimônias intermináveis, carregadas de teatralidade e encenações. Talvez fossem essas festividades um dos últimos suspiros das festas barrocas em Sergipe oitocentista<sup>64</sup>.

Entretanto, essa presença de festividades carregadas elucidam para outra questão relevante. O vigário Barroso teve sua formação no Seminário da Bahia

<sup>61</sup> “Ofício de Dom Manoel sobre o pedido do vigário Barroso no dia 28 de agosto de 1866”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Eclesiástica, Cx. 930, p. 04.

<sup>62</sup> De acordo como requerimento imperial do dia 17 de julho de 1869, o vigário José Gonçalves Barroso foi nomeado cônego honorário da Capella Imperial. Cf. “Despacho Imperial n. 829-69 de 1869”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Eclesiástica, Cx. 930, p. 22.

<sup>63</sup> PEDRO II, “Diário do Imperador...”, p. 65.

<sup>64</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; PEREZ, Léa Freitas. “Dionísio nos trópicos”. In: *Anais do I Colóquio Festas e Sociabilidades*. Aracaju: UFS, 2008, p. 77-106.

no período de Dom Romualdo Seixas, tido como um dos precursores da reforma devocional no Brasil. Apesar de ter passado pelo seminário que preparava os padres reformadores, a trajetória do vigário Barroso em São Cristóvão revela uma conduta bem distinta em relação aos clérigos tidos como tal. José Gonçalves Barroso teve uma atuação marcada pela proximidade em relação às irmandades cristovenses, além de ter sido o preferido para proferir sermões nas solenidades religiosas, especialmente nas homenagens ao Cristo sofredor, como foi o caso do Senhor dos Passos. Esse posicionamento deve ser considerado ao se referir às expressões de religiosidade no Sergipe oitocentista, no intuito de relativizar o papel do clero no processo de reforma devocional, no qual, “na perspectiva dos párocos, o culto aos santos deveriam ser concedidos apenas aos religiosos e honrados pais de família, e serem praticados numa postura interior, sem pompa e alegria”<sup>65</sup>. A reforma devocional em Sergipe e, conseqüentemente no Brasil, não foi linear, nem tampouco homogênea. Ela dependeu da postura dos religiosos diante do aceitação, respeito ou tolerância às práticas devocionais das camadas populares ou até mesmo de parte das elites. É necessário considerar o fato de muitos religiosos estarem imersos nesse contexto cultural marcado pela aproximação com os santos e pela penitência como caminho de exortação da fé no catolicismo.

Outro ponto relevante em relação à postura de José Gonçalves Barroso é o fato de ele ter sido o vigário geral de Sergipe durante duas décadas. Nesse caso, a tolerância ao catolicismo das camadas populares não ficou restrita a Freguesia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão, mas pode também ter sido recorrente em paróquias do interior, nas quais os párocos não tenham exercido suas ações de combate às práticas tidas como perigosas ou pagãs. A difusão dos sacrifícios físicos pelos frades capuchinhos e negociação entre o vigário Barroso e os irmãos terceiros do Carmo refletem um universo peculiar do mundo católico no Sergipe oitocentista, pois pode ser entendido como sinal da não existência de uma fronteira visível entre devoções de pobres e ricos. Os dois grupos compartilhavam de algumas devoções e, paulatinamente, ocorreu um distanciamento por meio das práticas votivas.

O catolicismo que, ao longo do século XX, seria tido como “popular”, “supersticioso”, “selvagem” e “pernicioso”, no século XIX nem sempre foi visto assim, pois membros das elites e religiosos seguiam esse modelo. Até mesmo padres com reconhecimento do estado imperial e regente do catolicismo provincial, mostraram-se propensos a seguir e estimular as práticas devocionais voltadas para a exterioridade, pompa e penitência pública. Esse foi o caso de José Gonçalves Barroso, vigário geral de Sergipe durante vinte anos, detentor de títulos e honrarias imperiais e propagador da romaria do Senhor dos Passos. Diante desse quadro, pode-se inferir que a primeira fase do processo de reforma devocional em Sergipe não delineou uma ruptura das práticas religiosas, pois esse momento teria sido marcado pela presença de religiosos europeus e do vigário geral da província no intuito de promover uma orientação do clero em busca da moralização. Também é possível localizar ações pontuais de combate, por parte do clero local, de algumas práticas tidas como perigosas e insalubres. Contudo, tais ações não chegaram a ser sistemáticas e contínuas. Possivelmente, foram decorrentes do perfil dos religiosos

---

<sup>65</sup> ANDRADE, *Sob o olhar diligente...*, p. 79.

ou até mesmo resultantes dos conflitos entre religiosos e membros das irmandades instaladas nas suas respectivas paróquias.



### RESUMO

Esse artigo discute o processo de reforma devocional em Sergipe ao longo da segunda metade do século XIX, com foco para as aproximações e os distanciamentos entre as práticas penitenciais na romaria do Senhor dos Passos de São Cristóvão e as recomendações do clero local, especialmente os frades capuchinhos e o vigário Barroso. Ao longo da segunda metade do século XIX, Sergipe passou a receber religiosos capuchinhos que se instalaram na cidade de São Cristóvão, local de onde partiam para a realização das santas missões. Tais celebrações se tornaram vitrines das práticas devocionais de cunho penitencial, bem como as frestas dos conflitos e tensões do campo religioso na província. A partir dos textos publicados na imprensa local do oitocentos, torna-se possível compreender as nuances entre religiosos e leigos na redefinição das práticas devocionais.

**Palavras Chave:** Romaria; Reforma Devocional Católica; Sergipe Oitocentista.

### ABSTRACT

This article discusses the devotional reform process in Sergipe during the second half of the nineteenth century, focusing for the approximations and distances between the penitential practices in the procession of the Lord of Saint Kitts Steps and recommendations of the local clergy, especially the friars Capuchin and vicar Barroso. Throughout the second half of the nineteenth century, Sergipe started receiving Capuchin religious who settled in São Cristóvão, location from where they left to carry out the holy missions. Such celebrations have become showcases of the devotional practices of penitential nature and the cracks of the conflicts and tensions of the religious field in the province. From the texts published in the local press of eight, it becomes possible to understand the nuances between religious and laity in the redefinition of devotional practices.

**Keywords:** Pilgrimage; Catholic Devotional Reform; 19<sup>th</sup> Century Sergipe.

Artigo recebido em 30 abr. 2015.

Aprovado em 10 out. 2015.